

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E
TURISMO**

RAFAEL BRUNO FAVACHO

**A “sombra” do turismo: reflexo na população e cultura das comunidades
piscatórias.**

**SÃO PAULO
2022**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte. Catalogação na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Bruno Favacho, Rafael A “sombra” do turismo: reflexo na população e cultura das comunidades piscatórias. / Rafael Bruno Favacho; orientador, Reinaldo Miranda de Sá Teles. - São Paulo, 2022. 27 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo / Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo. Bibliografia 1. Turismo. 2. Comunidades Piscatorias. 3. Impacto Social. 4. Preservação Cultural. I. Miranda de Sá Teles, Reinaldo . II. Título. CDD 21.ed. - 910

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

RAFAEL BRUNO FAVACHO

A “sombra” do turismo: reflexo na população e cultura das comunidades piscatórias.

Estudo a ser desenvolvido ao curso de Turismo da Escola de Comunicações e Artes - USP, apresentado ao Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo como Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Miranda de Sá Teles

**SÃO PAULO
2022**

*Saia do ciclo vicioso e
recicle sua mente.*

RESUMO

As comunidades litorâneas do Brasil despertam o interesse de forma singular em um mercado turístico, em sua forma comercial, que possibilita o surgimento de novas dinâmicas socioambientais, vem com promessas e premissas de crescimento e desenvolvimento econômico, o surgimento de novos empregos, aumento de oportunidades, construção de infraestruturas e implementação de novos serviços. E apesar das melhorias advindas do turismo, os impactos positivos e negativos causados por ele também se fazem necessários de análise, visto que a forma como a cultura e tradições são trabalhadas a partir desta nova dinâmica não condizem com a identidade dessas comunidades e com a sua relação com os visitantes. A comunidade haliêutica possui sua própria forma de se relacionar com o ambiente e seus recursos, além de carregar anos de tradições e culturas que, quando confrontados com o turismo massivo, acabam deixados em segundo plano com o enfoque comercial. O presente trabalho expõe o contraponto da atividade turística como molde de desenvolvimento e estuda a necessidade de protagonismo dos habitantes nas tomadas de decisões em relação ao desenvolvimento local e entende que o turismo pode ser uma ferramenta de empoderamento comunitário versus uma atividade exclusivamente monetária.

Palavras-chave: Turismo, Comunidade Tradicional, Haliêutica

ABSTRACT

The coastal communities of Brazil uniquely arouse interest in a tourist market, in its commercial form, which enables the emergence of new socio-environmental dynamics, it comes with promises and assumptions of growth and economic development, the emergence of new jobs, increased opportunities, construction of infrastructure and implementation of new services. And despite the improvements resulting from tourism, the positive and negative impacts caused by it are also necessary for analysis, the way in which culture and traditions are dealt with in this new dynamic do not match the identity of these communities and their relationship with visitors. The fishing community has its own way of relating to the environment and its resources, in addition to carrying years of traditions and cultures that, when in contrast to mass tourism, end up being left in the background with the commercial focus. The present work exposes the counterpoint of tourist activity as a development model and studies the need for the inhabitants to play a leading role in the decision-making process in relation to local development and understands that tourism can be a tool of community empowerment versus an exclusively monetary activity.

Key-words: Tourism, Traditional Community, Fishing

SUMÁRIO

Introdução	8
"A gente do Mar"	11
Os grandes estão chegando	14
Turismo é a salvação?	17
Entendo as aplicações	19
Considerações finais	22
Referências bibliográficas	25

Introdução

O Brasil, com suas dimensões continentais, tem sempre como destaque suas inúmeras belezas naturais, biodiversidade e seu grande potencial para atividade turística. Segundo o **World Economic Forum (2017, p.15)**, o Brasil é o principal reduto de recursos naturais, e por contar com uma faixa litorânea que percorre uma extensa parte do território nacional e com enorme pluralidade cultural em suas diversas regiões, a busca por destinos com praia tornou-se cada vez mais comum para visitantes nacionais, e ou, internacionais que escolhem o Brasil como destino.

Devido a grande demanda, estas regiões passaram por grandes investimentos, desenvolveram variedades de serviços, e passaram a ter estruturas para, não somente, hospedar os visitantes, assim como para suprir as suas necessidades, retornando à comunidade com fonte de renda e circulação da economia local. Em contrapartida a todo este investimento e serviços gerados pela demanda de turistas em destinos litorâneos, a gentrificação regional é uma das principais consequências da dominação da atividade turística sob a comunidade e seus costumes, essa pode ocorrer a curto, médio ou longo prazo, e é responsável pelo número cada vez menor dessas comunidades litorâneas distribuídas pelo território nacional.

Com as transformações socioeconômicas do litoral, essas comunidades se vêem sequestradas pelo sistema e agenciadas pelo mercado com vistas a se adaptarem a lógica do sistema, se afastando das práticas de subsistência e comercialização praticadas até então, culminando no êxodo de grande parte da população. Não somente das influências continentais, a disputa com a pesca comercial de embarcações de grande porte nos mares que circundam a região, fizeram com que as tradições haliêuticas da comunidade fossem suprimidas e seus resultados monetários irrisórios. A teoria de “Common Pool Resource (CPR)” (OSTROM 2009) é fundamentada na análise de que algumas comunidades locais realizam, por si só, uma manutenção e gestão mais eficaz dos seus recursos do que quando sob regras impostas por comunidades exteriores, indicando que a organização da comunidade a qual o recurso pertence com um consumo partilhado não rival e o uso e governança com equidade é indispensável para a preservação tanto do recurso finito quanto da força de trabalho e subsistência dessa comunidade. Nas comunidades litorâneas, procura-se compreender se esta não seria também a abordagem com a qual deveríamos olhar para estes "avanços" e considerar a quem e ao que estes são positivos através da compreensão da organização social das comunidades piscatórias.

Segundo Geertz (2015, p.10) “compreender a cultura de um povo expõe sua normalidade sem reduzir suas particularidades”. Isso significa dizer que para compreendermos seus sistemas simbólicos, os traços culturais precisam estar referendados no que eles praticam, como praticam e porque praticam. Pensando nisso, esta pesquisa procura compreender e destacar a forma como estão relacionadas a manutenção das tradições das comunidades litorâneas, ie. como a população se relaciona entre si e o território, e qual é o real impacto do desenvolvimento da atividade turística para a tradição dos povos litorâneos, mais especificamente:

- a) Identificar as tradições das comunidades litorâneas a fim de entender a sua formação social e preservação cultural;
- b) Analisar o impacto da atividade turística e estabelecer a sua relação com a comunidade e o território, e por fim;
- c) Entender se a resistência aos impactos do turismo está relacionada à organização dessas comunidades.

Para a elaboração do referencial teórico, foi realizada uma investigação em diversas fontes. Foram utilizadas como palavras-chave: “Comunidades litoraneas”, “Turismo no litoral” e “Atividade piscatória”. Para a busca que compuseram este estudo, foram utilizados os bancos de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google, Google Acadêmico e Dedalus USP sob os idiomas dos descritores de busca em: inglês, português e espanhol. A coleta de dados se iniciou em janeiro de 2021 e foi concluída em novembro de 2022 seguindo as etapas de: 1) pesquisa, leitura, seleção e fichamento dos artigos teóricos selecionados relativos às comunidades litorânea e seus costumes, com ênfase nos textos relacionados à pesquisas qualitativas etnometodológicas, literatura histórica pesqueira e impactos observáveis, positivos e negativos, do desenvolvimento da atividade turística dentro do território dessas comunidades; 2) identificação das principais questões a serem levantadas durante o estudo aplicado e por fim; 3) os dados coletados servem como base de análise e representam as conclusões finais.

A pesquisa tem seus elementos textuais apresentados em 3 (três) capítulos gerais: "A

gente do Mar", "Os grandes estão chegando" e "O turismo é a salvação?". O primeiro explora a individualidade das comunidades pesqueiras, a formação da sua cultura, os conhecimentos da população e suas atividades mercantis. O segundo disponibiliza uma alusão histórica sobre o processo econômico das pequenas comunidades e o desenvolvimento das atividades rentáveis com seus percalços. E enfim, o terceiro capítulo reflete os impactos sociais, culturais e econômicos advindos da atividade turística dentro das comunidades litorâneas, a maneira como se adaptam e os diversos cenários em que uma aplicação, consciente ou inconsciente, da atividade pode refletir, positiva ou negativamente, para o território e sua população.

"A gente do Mar"

As comunidades distribuídas ao longo do litoral brasileiro têm em suas culturas e tradições traços particulares devido ao ambiente natural onde se estabeleceram: o mar, que por sua vez é instável e imprevisível (DIEGUES,1983). Dada a imprevisibilidade deste ambiente, as comunidades piscatórias adaptaram-se e desenvolveram próprios sistemas sociais, religiosos e econômicos. Essas comunidades são capazes de entender os recursos ao redor e a forma com que estes devem ser gerados e explorados (GEISTDOERFER 1989).

"As práticas sócio-culturais da gente do mar, o conjunto de comportamentos, reúnem aquilo que denominamos por "técnico", "simbólico", "social", "econômico", "ritual". Essas práticas são marcadas, de maneira original, por essas "propriedades naturais" do mar, socializadas pela aplicação dos diferentes sistemas. Mas segundo o valor social, econômico ou simbólico que as comunidades dão ao mar e aos seus recursos, o conjunto de práticas sócio-culturais dessas comunidades pode ser marcado de forma diferenciada" (Geistdoerfer 1989: 7).

Estas práticas sociais, conhecimentos materiais e imateriais, a relação com fauna e flora, o respeito e admiração para com o mar, a forma de manter alimentos, a religiosidade e as relações comerciais são repassadas ao longo dos anos através das gerações. Esse processo de troca de conhecimentos, auxilia estas comunidades em sua forma de refletir sobre sua existência, propor e executar novas maneiras de garantir seus direitos e assim estabelecer seus traços culturais. Os conhecimentos estabelecidos pelas comunidades litorâneas são transmitidas por gerações e moldam-se de acordo com o ambiente, assim como o ambiente molda-se à comunidade, fortalecendo a relação das comunidades com a sociedade em que estão inseridas, - o "berço do indivíduo" -, sua terra natal (SANT' ANNA 2001). Para MONTEIRO et. al. (2008),

"...as condições adversas de sobrevivência em um espaço cada vez mais abalado pelas transformações sociais é um fator imediato de fragmentação das práticas

culturais destas comunidades [...] Toda cultura tem tradições que agem de forma coerciva e coercitiva junto a uma população [...] as mesmas se dão através de representações que ligam as gerações atuais aos seus antepassados"

Como resultado desta intensa e longa troca, os habitantes desta comunidade passam a ter uma nova percepção de existência, passam a se identificar uns com os outros e assim criando comunidades identitárias (FREIRE, 1987). Este novo entendimento faz com que as pequenas sociedades passem a cada vez mais estreitar essa relação com o ambiente, uma vez que sua identidade está diretamente relacionada a ele.

Estas comunidades se distribuem pelo território nacional e tem em sua regionalização o ponto de destaque de suas individualidades (MUSSOLINI G., 1946). As nomenclaturas para estas comunidades pesqueiras variam de acordo com a região em que se localizam segundo DIEGUES, 1999:

- os *caiçaras* são aquelas comunidades litorâneas que se distribuem ao longo do litoral entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo;
- os *açorianos* encontram-se distribuídos ao longo da região sul do país, no litoral dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e;
- são chamados de *jangadeiros* as populações litorâneas situadas nos estados do nordeste brasileiro, e estes vivem da pesca costeira exclusivamente, de modo que a atividade agrícola não se faz presente como nas supracitadas.

A pesca artesanal, realizada para manutenção das comunidades piscatórias, sempre foi a principal atividade econômica exercida. Essa característica faz com que a gente do mar se destaque pela singularidade e imprevisibilidade em todas as suas esferas, social, econômica e cultural devido a sua ligação direta com um ambiente natural e incontrolável, o mar. (DIEGUES 1973). A atividade pesqueira se fez presente nas sociedades nativas que habitavam o território brasileiro, antes mesmo da chegada dos colonizadores portugueses, e foi o principal

fator para o surgimento de inúmeras culturas litorâneas, advindas também da miscigenação entre a população nativa, os negros que vieram escravizados e os colonizadores europeus. Ao longo do litoral existem sítios arqueológicos e depósitos de conchas que corroboram com a ideia de que os povos originários se demonstravam muito habilidosos na realização das atividades pesqueiras, já que estas estavam ligadas diretamente com as coletas de recursos e dieta. Apesar da limitação tecnológica, em comparação às quais os europeus traziam em seus barcos, a comunidade nativa já havia desenvolvido seus métodos e ferramentas a partir dos recursos naturais a seu alcance, tal qual a utilização de espinhas de peixes como anzóis, das linhas produzidas com plantas locais e das embarcações como pirogas e jangadas. (LÉRY, 1941)

Os conhecimentos e habilidades desenvolvidas por eles, no entanto, não os livrava da competição com a pesca comercial que já ocorria desde os tempos do Brasil colonial.(ELLIS, 1969) A formação de concorrência entre a pesca artesanal, que traz consigo a identidade e valores das comunidades litorâneas, e a pesca em escala comercial que se apropriou do mesmo ambiente para ganhos econômicos, demonstrou efeito direto na relação ambiente e população. Trazendo para os habitantes de vilas litorâneas a necessidade de adaptar-se a novas formações de mercado. (CALVENTE, 1997). E apesar de estar presente desde os primórdios da nação brasileira, a pesca comercial era entendida como uma atividade em pequena escala. Somente durante o início do século XX, com o surgimento de mudanças na forma de pesca, como a utilização de redes de cerco na captura de sardinhas, o escalonamento da atividade comercial passou a tomar grandes proporções (BERNARDES 1958).

Os grandes estão chegando

Remotam do período colonial, existindo concomitantemente com a pesca de subsistência das tribos nativas, o monopólio por parte da coroa portuguesa para exploração dos mares, e estes concediam o direito de pesca para pescadores portugueses e bascos. (ELLIS, 1969) A pesca de baleias era a principal modalidade com grande importância, a ponto de se difundir ao longo do litoral. A atividade baleeira nacional perdeu forças no século XIX, sofrendo com a concorrência de embarcações norte-americanas, fazendo com que as armações baleeiras encerrassem suas atividades na costa brasileira.

O litoral brasileiro sofreu uma mudança drástica, quando as empresas que exploravam o mar, e tinham em sua concepção uma escala de pequena produção, passaram a enxergar a possibilidade de grande escala para a atividade pesqueira comercial no início do século XX. Essa retomada da atividade comercial, vem por meio da pesca da sardinha através das chamadas trainas, embarcações com grande redes de cerco que iniciaram sua atuação na região de Ilha Grande no estado do Rio de Janeiro (BRITO 1960). Apesar de ter se iniciado no litoral fluminense, a pesca de sardinha, logo nos primeiros anos, foi reproduzida no litoral paulista e pelas comunidades açorianas da região sul do país.

A nova formatação mercadológica da atividade pesqueira dá surgimento a nova demanda de serviços para conservação dos pescados. Assim surgem as primeiras indústrias para secagem e salga de peixes na região sudeste, não demorando para serem reproduzidas na região mais ao sul do país (DIEGUES 1999). Durante a década de 60, já com o entendimento da atividade pesqueira em grande escala, o governo brasileiro passou a conceder incentivos fiscais para o surgimento de empresas pesqueiras nacionais, que focaram na pesca de camarão na região centro-sul e na pesca de lagosta no nordeste, intensificando atividade e tomando cada vez mais os espaços litorâneos (DIEGUES 1983).

Essa nova dinâmica capitalista de exploração da pesca em grande escala passa a tornar-se diretamente conflituosa com a pesca artesanal de subsistência exercida pelas comunidades litorâneas. Adaptando-se ao novo cenário, os pescadores artesanais necessitam adaptar seu modo e seus equipamentos de pesca, uma vez que as grandes embarcações limitavam a pesca nas regiões mais próximas à costa. A necessidade de afastar-se da costa, faz com que embarcações motorizadas passem a ser comuns entre os pescadores, estes por sua vez alterem seus costumes e tradições de pesca, e passam a explorar mar-aberto devido a necessidade posta pela concorrência (MOURÃO 1971).

As comunidades litorâneas, apesar de tradicionalmente terem a atividade pesqueira inserida em seu modo de vida, não puderam fugir desta nova realidade de companhias realizando a atividade em larga escala. Com a necessidade de se adaptar a este novo cenário os pescadores artesanais não contavam com uma organização necessária para estabelecer seus direitos e assim ficaram dependentes dos interesses monetários dos proprietários das empresas de pesca (DIEGUES 1983).

Não somente em suas atividades haliêuticas foram afetadas as comunidades litorâneas, com a tomada de espaço por partes das grandes companhias e estabelecimento da dependência para com os interesses destas, não demorou para que outros setores passassem a ocupar zonas litorâneas (KOTTAK 1983). Essa nova dinâmica comercial aliada a visão romântica do espaço litorâneo, evidenciou um espaço para a população comum um espaço que, por muitas vezes, era visto como uma área selvagem ou diretamente ligada ao trabalho e passa a ser valorizado como espaço de lazer e contemplação (CALVENTE 1997).

A busca dos turistas cria um novo espaço para atuação das comunidades litorâneas e os serviços turísticos passam a ser parte complementar da fonte de renda. Sem planejamento, sem estrutura, sem recursos e com a demanda crescente, as comunidades piscatórias

tradicionais se vêem forçadas a se distanciarem de seus costumes e práticas, e observam passivamente seus destinos, recursos e serviços serem massificados pelos turistas (CALVENTE, 1997). A infraestrutura, criação de estradas para acesso, vem diretamente ligado com o aumento da demanda dos turistas pelo local, tornando a atividade turística a principal fonte de renda de grande parte da população, os distanciando cada vez mais de suas tradições piscatórias (KOTTAK 1983).

Da mesma forma com que a atividade pesqueira, realizada pelas comunidades litorâneas, sofreu com a chegada das grandes companhias capitalistas que alteraram a forma com que estas se relacionavam com o ambiente, a chegada do turismo trouxe diversas novas dinâmicas e demandas para esses destinos. A geração de empregos e desenvolvimento da região são percepções que chegam para os habitantes das comunidades, porém a comercialização do ambiente e seus efeitos acabam por afastar os moradores de seu próprio território (CAMPANHOLA e SILVA 2022).

Turismo é a salvação?

O turismo, como atividade econômica, cultural e social vem carregado de inúmeras premissas e promessas de desenvolvimento para determinada região, tais como a geração de empregos, a preservação de recursos naturais, a manutenção de traços culturais e históricos. Apesar de sua característica de lazer e desenvolvimento pessoal e social, o turismo aplicado de forma desordenada torna-se um empecilho para o desenvolvimento sustentável da comunidade. (CAMPANHOLA e SILVA 2002)

O turismo brasileiro é marcado pelos grandes incentivos para ampliação de serviços no território nacional no final do século XX, seguindo a lógica de mercado e com intuito de escalar os números de visitantes no país. A criação de equipamentos de hospedagens no nordeste como hotéis, pousadas e *resorts*, a expansão de aeroportos nas capitais, a entrada de empresas estrangeiras no setor foram demonstrações de que o crescimento do serviço turístico era a principal meta nacional (TRIGO 2000).

O desenvolvimento do setor turístico nacional, se apropriou das zonas litorâneas devido a alta demanda por estes locais, fazendo com que suas comunidades passassem a ter que trabalhar diretamente com serviços turísticos como aluguel de casas, aluguel de embarcações e serviços adjacentes às demandas dos visitantes (KOTTAK 1983). Em contrapartida, as comunidades litorâneas passam a conviver com problemas antes não existentes, como a especulação imobiliária e encarecimento dos preços de mercadorias e serviços. A forma comercial com que o ambiente é tratado por aqueles que incentivam o desenvolvimento econômico do setor turístico, atinge diretamente a população que devido aos processos de gentrificação citados, passam a ser marginalizados em seu território e mais uma vez tem seus vínculos identitários e culturais ameaçados pela lógica mercadológica apresentada. (LUCHIARI 2002)

A especulação imobiliária, gerada pelo aumento da demanda de turistas por zonas litorâneas, vai diretamente de encontro com a manutenção das tradições piscatórias dos residentes destas regiões. Apesar de contar com a inserção de novas infraestruturas e equipamentos para receber o número crescente de turistas, essa relação entre turista, população e local é cada vez mais rasa e superficial. A busca por ambientes naturais, passa a ser realizada de forma massiva e mercadológica, transformando as paisagens naturais em fonte de lucro, privatizando regiões que antes eram de acesso público e distanciando os habitantes dessa região cada vez mais de seu próprio território (LUCHIARI 2002).

Os investimentos provenientes desta vontade de desenvolvimento dos serviços turísticos trouxeram consigo empresas privadas que, visualizando a grande demanda de turistas aliada com a lógica nacional de turismo e exploração do litoral, se estabeleceram e desenvolveram seus serviços nessas regiões. Devido a implementação não planejada, as comunidades piscatórias que inicialmente estavam se adaptando às novas demandas de serviços, passam a novamente sofrer com a concorrência dos interesses capitalistas privados e seus negócios (KOTTAK 1983). A não capacitação dos moradores das comunidades litorâneas, a falta de incentivo para adaptação dessas pessoas à nova lógica de mercado e a busca por mão de obra migrante, são responsáveis pelo movimento de êxodo dos habitantes originários dessas regiões.

Ao longo do litoral brasileiro, são inúmeros os casos de gentrificação das áreas litorâneas, responsáveis pela reorganização do ambiente e por deslocar a população que ali habitava para zonas de menor interesse econômico. A massificação do destino, o êxodo da população tradicional, o encarecimento dos preços locais, a elitização e comercialização do ambiente são reflexos de uma lógica de desenvolvimento econômico aplicados de forma massiva nos destinos litorâneos e fazem com que inúmeros destinos, anteriormente exóticos e pouco explorados, passem por mudanças drásticas. (CRUZ 2008)

Entendo as aplicações

O município de Ilhabela no estado de São Paulo, retrata de forma verossímil essa capacidade de mudança cultural e geográfica causada pelo turismo. Assim como as outras sociedades caiçaras, os residentes originais do município, tinham como principal atividade econômica a pesca e a agricultura (DIEGUES, 1999). Porém, a inserção da atividade turística em meados dos anos 60 e sua massificação ao longo dos anos foram responsáveis por uma elitização do espaço e seus serviços. Conforme a busca pelo destino aumentava, o número de visitantes crescia e a infraestrutura para atendê-los era construída, a população original não se encontrava encaixada nessa relação e passa a se isolar geograficamente, perdem as praias e regiões mais centrais e necessitam de se instalar em locais menos interessantes para o setor turístico (VILLELA 2003).

Esse modelo de negócio, de moldes eurocêntricos, faz com que o turismo, apesar de todas as possibilidades advindas com ele, tenha como objetivo daqueles que o implementam, o lucro acima de qualquer outra questão (ESCOBAR 2005). Essa nova relação estabelecida entre a população originária do local e o capital que vem de fora tende a não ser igualitária, tornando os habitantes da comunidade alienados de seu próprio território. A identidade criada por essa comunidade ao longo dos anos vai se perdendo, uma vez que a hierarquia criada pelo poder monetário, faz com que as decisões e mudanças a serem seguidas não tenham a participação efetiva dos que já se encontravam ali (FREIRE 1967).

Assim como no município de Ilhabela, essa relação tortuosa com o turismo pode ser vista em inúmeras outras comunidades originalmente piscatórias. Regiões do litoral baiano, como os municípios de Porto Seguro, Arembépe foram vítimas desta implementação do turismo de forma descoordenada. Apesar do crescimento do setor na região, os moradores das regiões não eram contemplados com os empreendimentos construídos, nem pelos empregos

gerados, uma vez que a falta de capacitação fazia com que fossem operados por funcionários vindos de outras regiões. (KOTTAK 1966)

Todas essas consequências do turismo massificado, também foram sentidas na região litorânea entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. As comunidades piscatórias residentes dos municípios de Ubatuba, no litoral norte paulista, Paraty e Trindade, na região sul do litoral fluminense, sofreram com essa implementação e busca massificada pelo destino na década de 1990. São apontados como problemas a falta de respeito, por parte dos visitantes, para com os costumes culturais dos residentes, a produção de lixo e desrespeito com o patrimônio natural e a desconsideração pela mão de obra local, muitas vezes subestimada e desrespeitada por uma percepção elitizada dos visitantes (Barros e Rodrigues 2019). Mesmo com novas modalidades de turismo, como o ecoturismo, que buscam alterar a relação do visitante com o ambiente, a busca pelo lucro por parte dos proprietários dos serviços turísticos faz com que a comunidade, o visitante e o ambiente sejam sujeitados à artificialização desta relação, seja pela padronização dos serviços que ignora a identidade de cada comunidade individualmente (ZAOUAL, 2009).

Como contraponto à essa lógica exploratória aplicada pela indústria do turismo, que por muitas vezes é vista como um desenvolvimento econômico para a região, algumas comunidades piscatorias, como as supracitadas, ao entender o prejuízo cultural causado pela sua não participação no planejamento e decisões referentes a implementação de serviços turísticos, passaram a se organizar politicamente, em lideranças que defendem os interesses dessas comunidades (Barros e Rodrigues 2019). O turismo de base comunitária, vem de encontro com essa necessidade das comunidades piscatórias, a organização e participação nas decisões para implementação do turismo, a manutenção dos costumes e a compreensão dos desafios a serem enfrentados (IRVING 2009). O protagonismo da comunidade é uma das

principais preocupações do turismo de base comunitária, a conservação dos bens naturais, a manutenção dos modos de vida, valorização da história e cultura dos povos locais, a participação em todas as etapas de planejamento e aplicação do turismo na região (MALDONADO 2009). Para atingir esse tipo de participação, a comunidade necessita de uma tomada de consciência, reconhecendo sua identidade, seus valores e a necessidade de um novo processo de formação, para que as próximas gerações possam ter o discernimento e participar das futuras decisões, sobre desenvolvimento local (DEMO 1998).

Esse conceito de desenvolvimento local (Carestiato (2000; apud Mattos e Irving 2005) que ao contrário do econômico, não visa o lucro e sim o crescimento social e humano, tendo como premissa também o equilíbrio ambiental, uma vez que esse é posto em risco com a implementação do turismo massivo.

“Um modelo de desenvolvimento que permite a construção de poder endógeno para que uma dada comunidade possa autogerir-se, desenvolvendo seu potencial sócio-econômico, preservando o seu patrimônio ambiental e superando as suas limitações na busca contínua da qualidade de vida de seus indivíduos". (Carestiato (2000; apud Mattos e Irving 2005)

Esse entendimento e aplicação de um novo modelo de desenvolvimento, valorização e tomada do protagonismo por parte das comunidades piscatorias é, não somente, uma nova forma de se organizar, mas também uma forma de resistir as mazelas trazidas pela lógica predatória trazida com a comercialização do turismo local, das pessoas, da cultura e dos valores originários (Barros e Rodrigues 2019).

Considerações finais

Como destacado, os hábitos piscatórios e a cultura haliêutica são inseridos em território nacional desde antes da chegada dos colonizadores europeus (LÉRY, 1941). Apesar das similaridades em alguns dos seus hábitos, cada comunidade piscatória tem sua singularidade, suas características únicas desenvolvidas através da sua região geográfica, dos recursos naturais que utilizam e dos modos de saber e fazer desenvolvidos com o curso dos anos (DIEGUES, 1999). A identidade destas comunidades foi construída e desenvolvida através da sua intensa relação com o ambiente e os recursos que os cercam, transmitidas ao longo dos anos de indivíduo para indivíduo, construindo através do coletivo o reconhecimento do outro como seu igual (FREIRE, 1997).

Essa cultura tradicional, o modo de vida simples, que muitas vezes está diretamente ligado à manutenção dos hábitos tradicionais piscatórios e a exploração dos recursos naturais de forma coerente, se deparam com a concorrência de uma lógica mercadológica voraz e intensa e focada na obtenção de lucros (ELLIS, 1969). Apesar de presente no período colonial, a pesca industrial passou a ser implementada com força em território nacional durante o século XX, afetando a cultura haliêutica praticada pelas comunidades residentes em áreas litorâneas, fazendo com que cada vez mais sua cultura e seus hábitos tivessem que serem distorcidos na tentativa de se adaptar a essa concorrência desleal (CALVENTE, 1997).

A busca por novos destinos, a romantização do cenário litorâneo e o crescimento da pesca industrial, foram fatores primordiais para a mudança e surgimento de uma nova fonte de renda para as comunidades piscatórias. O surgimento do turismo nestas regiões, traz consigo a necessidade de desenvolver novas infraestruturas e novos serviços para que a demanda destes novos visitantes fossem atendidas (LUCHIARI 2002). Seguindo a mesma lógica mercadológica implementada pelas grandes corporações de pesca, o turismo tornou-se

industrial no Brasil, visando o crescimento econômico e acompanhando a lógica eurocêntrica de incentivar o crescimento do setor. Tendo na década de 90 seu principal crescimento, os serviços turísticos, principalmente em regiões litorâneas, foi idealizado, desenvolvido e implementado por aqueles que já possuíam os recursos necessários, ie. multinacionais do setor hoteleiro, empresários estrangeiros e até mesmo empreendimentos nacionais que passaram a ter interesse nas praias brasileiras (TRIGO 2000).

Assim, compreende-se que as comunidades tradicionais do litoral brasileiro, suas tradições e costumes haliêuticos, sofreram impactos e passaram por mudanças devido a uma relação estabelecida verticalmente pelos donos dos meios de produção. A industrialização dos serviços, tanto na pesca quanto posteriormente com o turismo, são fatores responsáveis pela desconstrução de identidade destas comunidades. A gentrificação causada pelo encarecimento dos preços, a falta de interesse na capacitação dos locais para se inserir no novo mercado de trabalho, a degradação do ambiente e dos recursos naturais e principalmente o desrespeito para com os modos de saber e fazer destes, tornaram-se fatores responsáveis pela enfraquecimento do reconhecimento das comunidades com a identidade construída através do tempo (LUCHIARI 2002).

Entende-se que apesar das promessas trazidas com a implantação do turismo como melhora na infraestrutura, aumento do número de empregos e melhor qualidade de vida, esse desenvolvimento tem como objetivo desde seu cerne o crescimento econômico da região, porém não tendo a participação de seus habitantes para tomada de decisões. O interesse monetário, combinado com o distanciamento dos povos litorâneos com sua identidade, levou inúmeras comunidades piscatórias a deixarem as regiões onde residiam, sendo jogadas para áreas de menor interesse, e para aqueles que quisessem se adaptar as tradições tiveram que ser deixadas de lado e passaram a ter a necessidade de pôr em prática uma padronização de serviços (CRUZ 2008).

As comunidades tradicionais das regiões litorâneas do Brasil, referidos também como a gente do mar, passam pela necessidade de novas formas de organização. A busca pela resistência e manutenção das tradições haliêuticas e seus saberes, vem ao encontro com a necessidade de se entender que o desenvolvimento local não será necessariamente aos moldes aplicados por autoridades exteriores, quando o objetivo é captar o maior número possível de recursos e capital (DEMO 1998) enquanto preservando os saberes e necessidades locais.

O turismo tem como seu grande atrativo o desenvolvimento econômico para a região onde se instala, entretanto a visão exploratória, massificada que emprega um ritmo de produção industrial, focados em altos lucros, desencadeando exclusivamente a exploração dos recursos naturais e exclusão das comunidades tradicionais residentes da região. Mesmo que existam iniciativas onde educação nestas regiões também vem sendo adaptada para que as novas gerações não sofram com o desligamento desta identidade, nela são reforçados os saberes e tradições das comunidades tradicionais, sua história, a importância da sustentabilidade e manutenção dos recursos, a importância de uma organização política para defender seus direitos e gerir o território. (Barros e Rodrigues, 2019), torna-se imprescindível que as comunidades piscatórias se organizem e que suas lideranças tenham o entendimento de sua importância e protagonismo, do valor de sua cultura e tradições, da necessidade de participação em todas as etapas do processo de aplicação do turismo no território.

Referências bibliográficas

BARROS, ANDRÉ LOUREIRO RIBEIRO DE; RODRIGUES, CAMILA GONÇALVES DE OLIVEIRA. Educação diferenciada e turismo de base comunitária nos territórios caiçaras de Paraty (RJ). *Ambiente & Sociedade*, v. 22, 2019.

BERNARDES, S., 1958, “A Pesca no Litoral do Rio de Janeiro”, *Revista Brasileira de Geografia*, n.º 1/ano XII, 21-52.

BRITO, S., 1960, “Agricultores e Pescadores Portugueses na Cidade do Rio de Janeiro”, *Estudos, Ensaios e Documentos*, Lisboa.

CALVENTE, Maria del Carmen, 1993, *No Território do Azul-Marinho: a Busca do Espaço Caiçara*, São Paulo, USP, dissertação de mestrado.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. O lazer e o novo rural. In: BRUHNS, Heloisa T., GUTIERREZ, Gustavo L. (orgs.). **Enfoques contemporâneos do lúdico: III** ciclo de debates lazer e motricidade. Campinas: Autores Associados / Comissão de Pós-Graduação da faculdade de Educação Física da Unicamp, 2002.

CRUZ, R. de C. A. da. Turismo, Produção do espaço e desenvolvimento desigual - Rita de Cássia Ariza da Cruz. *Turismo de Base Comunitária. Experiências Brasileiras*. p. 92-108. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

DEMO, P. *Pobreza política*. Editora Cortez: São Paulo, 1988.

DIEGUES, Antonio Carlos (org.), 1973, *A Pesca no Litoral Sul de São Paulo*, São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado.

———, 1983, *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*, São Paulo, Ática. ———, 1995, *Povos e Mares: Leituras em Sócio-Antropologia Marítima*, São Paulo, Nupaub. ———, 1996, *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, São Paulo, Hucitec. ———, 1997, *Ilhas e Sociedades Insulares*, São Paulo, Nupaub.

DIEGUES, Antonio Carlos, e R. SALLES (orgs.), 1988, “Ciências Sociais e o Mar no Brasil”, II Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil, São Paulo, NUPAUB-USP.

DIEGUES, Antonio Carlos, e Paulo NOGARA, 1994, O Nosso Lugar Virou Parque, São Paulo, Nupaub

ELLIS, M. A., 1969, A Baleia no Brasil Colonial, São Paulo, Melhoramentos.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências sociais. Perspectivas latino- americanas. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005 (Coleção Sur).

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1967, p. 65-84

_____. Pedagogia do Oprimido. 17ª edição. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1987.

GEISTDOERFER, A., 1989, Anthropologie Maritime: Appropriation Technique, Sociale et Symbolique des Ressources Maritimes, Paris, CNRS.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R; SAN SOLO, D. G; BURSZTYN, I (org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p.108-121.

KOTTAK, C., 1966, The Structure of Equality in a Brazilian Fishing Community, Columbia, Columbia University Press.

_____, 1983, Assault on Paradise, Michigan, Ann Arbor University of Michigan Press

LÉRY, Jean de, 1941, Viagem à Terra do Brasil, S. Paulo, Livraria Martins Editora.

LUCHIARI, Maria Tereza D.P. A mercantilização das paisagens naturais. In: BRUHNS, Heloisa T. GUTIERREZ. Gustavo L. (orgs.). **Enfoques contemporâneos do lúdico: III**

ciclo de debates lazer e motricidade. Campinas: Autores Associados / Comissão de Pós-Graduação da faculdade de Educação Física da Unicamp, 2002.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G; BURSZTYN, I. (org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p.25-44.

MELLO, A. F., 1985, A Pesca sob o Capital: a Tecnologia a Serviço da Dominação, Belém, UFPA.

MOURÃO, F., 1967, A Pesca no Litoral Sul do Estado de São Paulo: O Pescador Lagunar de Iguape-Cananéia, São Paulo, USP, dissertação de mestrado.

———, 1971, Pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo, São Paulo, FFLCH-USP, tese de doutoramento.

MUSSOLINI, G., 1945, “O Cerco da Tainha na Ilha de São Sebastião”, Revista de Sociologia, 7 (3), 135-147.

———, 1946, “O Cerco Flutuante: uma Rede de Pesca Japonesa que Teve a Ilha de São Sebastião como Centro de Difusão no Brasil”.

PLANTE, Steve, 1997, Espaço, Pesca e Turismo em Trindade, São Paulo, Nupaub.

SANT’ANNA, D. B. de. É possível realizar uma história do corpo: In: SOARES, C (org.). **Corpo e história**. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 3-23.

TRIGO, Luiz G. G. O turismo brasileiro no início do século XXI. In: Licere (3): 1, 2000. p.21-31

VILLELA, A. **Favelização no litoral norte**: um modelo de turismo e seu impacto na estrutura urbana. Monografia (Graduação) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. 2003.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D G; BURSZTYN, I (org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p.55-75.